



IDEOLOGIAS RELIGIOSAS E CONTROLE SOCIAL: IMPACTOS NA DIVERSIDADE DE GÊNERO, SEXUALIDADE E LIBERDADE INDIVIDUAL À LUZ DE ENGELS E ALTHUSSER

LUCAS GOMES DA ROCHA

RESUMO

Este artigo analisa, a partir das perspectivas filosóficas de Friedrich Engels e Louis Althusser, a religião, enquanto instrumento de dominação. A pesquisa demonstra que, mesmo em sociedades secularizadas, a influência religiosa persists na formulação de políticas públicas e discursos normativos que restringem direitos, perpetuando estruturas de opressão. Conclui-se que a resistência a essas ideologias é fundamental para a construção de sociedades mais inclusivas e igualitárias.

Palavras-Chave: Ideologia, Religião, Controle social, Gênero, Sexualidade

ABSTRACT

This article analyzes, from the philosophical perspectives of Friedrich Engels and Louis Althusser, the religion, as an instrument of domination. The research demonstrates that, even in secularized societies, religious influence persists in the formulation of public policies and normative discourses that restrict rights, perpetuating structures of oppression. It is concluded that resistance to these ideologies is essential for the construction of more inclusive and egalitarian societies.

Keywords: Ideology, Religious, Social Control, Gender, Sexuality



Introdução

Ao longo da história, as instituições religiosas desempenharam um papel central na definição e no controle de normas sociais, regulando diversos aspectos da vida cotidiana, como moralidade, comportamento e relações interpessoais. Em muitos contextos, esse papel foi fundamental ao funcionar como um pilar que sustenta uma estrutura social heteronormativa e patriarcal. Segundo Émile Durkheim, em seu livro *As formas elementares da vida religiosa*, uma religião não é apenas um conjunto de crenças espirituais, mas um sistema de representações coletivas que estabelece práticas comuns que regulam a vida em sociedade.⁴⁰

Trata-se (às forças religiosas) de potências morais, pois são construídas inteiramente com as impressões que este ser moral que é a coletividade desperta nos outros seres morais que são os indivíduos [...] sua autoridade é apenas uma forma de ascendência moral que a sociedade exerce sobre seus membros. [...] elas vivificam as consciências e as disciplinam. (DURKHEIM 1912, p. 276)

Nesse sentido, ao moldar os comportamentos e os valores da sociedade, a religião contribui para a manutenção de um sistema que regula as relações de poder e opera como um mecanismo que reforça desigualdades e legitima a subordinação de determinados grupos que não se conformam aos padrões estabelecidos. Para compreender essa dinâmica e os mecanismos que sustentam esse poder, recorre-se às análises dos pensadores Friedrich Engels e Louis Althusser.

Engels, em sua análise materialista da história, argumenta que a religião reflete e perpetua as condições materiais da sociedade, funcionando como um instrumento das classes dominantes para manter as estruturas opressivas que asseguram seu controle econômico e social⁴¹.

Althusser, por sua vez, oferece uma perspectiva complementar ao introduzir a ideia dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), nos quais a religião, assim como outras instituições, atua como um dispositivo que interage diretamente com os indivíduos, moldando suas subjetividades e garantindo a reprodução da ideologia dominante.⁴² Para ele a religião não é apenas uma questão de fé, mas uma ferramenta essencial para a manutenção do status quo (estado atual), pois interpelando os indivíduos, ela os faz reconhecer e aceitar os valores e as normas impostas pelo sistema. Isso garante a continuidade das ideologias

40 DURKHEIM, Émile in: *As formas elementares da vida religiosa* (1912).

41 ENGELS, Friedrich in: *Anti-Dühring; seção sobre a Filosofia* (1878).

42 Os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), segundo Althusser, no livro *Aparelhos Ideológicos do Estado* (1970), são instituições como a escola, a igreja, a mídia, a família, os sindicatos, o sistema jurídico e a cultura, que atuam por meio da ideologia, sem impor diretamente a repressão, mas fazendo com que os indivíduos aceitem uma estrutura social como algo “natural”.



que favorecem a estrutura de poder existente, muitas vezes sem que as pessoas percebam a manipulação ideológica em suas ações e crenças.

Com base nessas perspectivas teóricas, este artigo analisa essas dinâmicas de poder e tenta compreender como a religião continua a desempenhar um papel fundamental na formação de uma sociedade que limita e controla as expressões de gênero e sexualidade, mantendo um modelo de organização social excludente e opressor.

Por outro lado, a Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ atua na articulação com órgãos governamentais e não governamentais para a implementação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos das Pessoas LGBTQIA+⁴³. Além disso, o Programa Brasil Sem Homofobia, criado em 2004, tem como objetivo a promoção dos direitos humanos e da cidadania da população LGBTQIA+⁴⁴.

Esses programas, assim como a crítica às ideologias religiosas discriminatórias, são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e respeito da diversidade, onde todas as identidades e formas de expressão possam coexistir sem serem oprimidas.

Definições

Ideologia

A ideologia é um conjunto de ideias, crenças, valores e normas que orientam o pensamento e o comportamento de um grupo ou sociedade. Ela pode ser vista como uma forma de interpretação e explicação do mundo, influenciando a maneira como as pessoas veem questões sociais, políticas e culturais.

O conceito de ideologia também pode ter uma conotação crítica, especialmente em contextos em que é vista como uma ferramenta para controlar ou manipular a sociedade, legitimando determinadas estruturas de poder e mantendo certos interesses e normas sociais. Friedrich Engels, filósofo e sociólogo alemão do séc. XIX, juntamente com Karl Marx, argumenta que a ideologia não é apenas um sistema de crenças, mas uma ferramenta de dominação, pois faz com que as classes subordinadas aceitem a ordem social como natural e inevitável.⁴⁵

Louis Althusser, filósofo marxista francês do séc. XX, ainda argumenta que a ideologia não é apenas um reflexo distorcido da realidade, mas uma estrutura que molda a subjetividade dos indivíduos.⁴⁶ Ele sugeriu que as ideologias operam por meio de Aparelhos Ideológicos

43 Secretaria Nacional Dos Direitos Das Pessoas LGBTQIA+, 2024

44 Ministério da Saúde. Brasil sem homofobia, 2004

45 ENGELS, Friedrich e MARX, Karl in: A Ideologia Alemã (1846)

46 ALTHUSSER, Louis in: Aparelhos ideológicos do Estado (1970)



do Estado (AIE) como escola, religião, mídia e família, que, em conjunto, garantem a perpetuação do status quo e o controle das classes dominantes. Em vez de impor o controle de forma direta e violenta - como faria um Aparelho Repressivo de Estado (ARE)⁴⁷ - ela trabalha para internalizar os valores e normas da classe dominante na população. A ideologia não engana simplesmente, mas produz uma experiência real para os sujeitos de forma que eles internalizam as normas e valores da sociedade acreditando que é natural.⁴⁸ A ideologia, portanto, atua de forma invisível, mas eficaz, moldando as consciências e comportamentos dos indivíduos, de modo que eles aceitem as estruturas de poder existentes sem questioná-las.

Controle Social

O Controle social refere-se aos mecanismos, estratégias e práticas usadas pela sociedade para regular o comportamento dos indivíduos e grupos, de forma a garantir a conformidade com normas, leis e valores estabelecidos. O objetivo do controle social é manter a ordem social e evitar comportamentos considerados desviantes ou prejudiciais ao coletivo.

Existem dois tipos de controle social⁴⁹:

a. Controle social formal: Refere-se às regras e regulamentos estabelecidos por instituições formais, como leis, políticas governamentais, sistema judicial e agências de fiscalização. Executado por autoridades e instituições que têm o poder de aplicar punições, com multas, prisões ou outras sanções.

b. Controle social informal: Ocorre através de normas sociais e expectativas culturais não codificadas, como pressão dos grupos de amigos, família ou comunidade. As pessoas podem ser influenciadas pela expectativa social de comportar-se de maneira considerada aceitável, sendo punidas ou excluídas socialmente se violarem essas normas.

Engels não pensa apenas em como o controle social funciona, mas para quem ele funciona. Ele acredita que o controle social está diretamente relacionado à luta de classes e à forma como as estruturas de poder se mantêm através da dominação das classes dominantes sobre as classes oprimidas. Para ele, isso acontecia de várias maneiras:⁵⁰

a. Estado como instrumento de controle: O Estado é visto como um aparelho de controle da classe dominante, criado para manter a ordem e preservar as condições de exploração. O aparato estatal (governo, leis, polícia, exército), portanto, serve para garantir os

⁴⁷ Segundo Althusser, em Aparelhos Ideológicos do Estado (1970), define que os Aparelhos Repressivos do Estado funcionam por meio de violência física ou ameaça de violência. São instituições como a polícia, o exército, os tribunais e as prisões. Atuando diretamente para manter a ordem e reprimir qualquer ameaça à classe dominante.

⁴⁸ ALTHUSSER, Louis in: Aparelhos Ideológicos do Estado (1970)

⁴⁹ FIGUEIREDO, M. B. G. L.; ROSSETTO, E. L. in: Direito penal e controle social (2014)

⁵⁰ ENGELS, Friedrich in: A Origem da Família, da Propriedade privada e do Estado (1884)



interesses da classe proprietária e controlar as classes trabalhadoras.

- a. Controle ideológico: As ideias dominantes, como as que circulam na religião, na filosofia e na educação, são moldadas pela classe dominante para legitimar a exploração e a opressão.
- b. Violência e repressão: Engels reconhecia também a necessidade de repressão física e violência para manter o controle em certas situações. A classe dominante não hesitaria em usar a força (polícia, exército, prisões) para reprimir qualquer tentativa de revolta ou resistência por parte das classes trabalhadoras.

Portanto, para Engels, o controle social está ligado à manutenção da ordem capitalista e à preservação da dominação de classe, seja por meio de repressão direta, seja por meio da manipulação ideológica que impede que as pessoas questionem o sistema que as oprime.

Patriarcado e Controle da Sexualidade

Engels, ao estudar a transição do comunismo primitivo para a sociedade patriarcal e privada, destaca a importância dessa mudança não apenas na estrutura econômica, mas também no controle da sexualidade feminina, uma medida necessária para garantir a legitimidade da herança e a continuidade da propriedade dentro da família patriarcal.⁵¹ Para ele, o controle da sexualidade das mulheres torna-se um elemento central na organização social, visando assegurar que a propriedade fosse transmitida de maneira que beneficiasse as classes dominantes.

Nesse processo, as religiões de matriz judaico-cristã desempenham um papel fundamental ao sancionar e reforçar normas que subordinam as mulheres e consolidam a heteronormatividade como um valor social central. Como é evidenciado em passagens da Bíblia hebraica: Efésios 5:22-24⁵² e Romanos 1:26-27⁵³.

A moralidade sexual feminina, conforme Engels, sempre foi alinhada com os interesses das classes dominantes, atuando como um instrumento de controle que não só molda

51 ENGELS, Friedrich in: A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado (1884)

52 “Vós, mulheres, sujeitai-vos a vossos maridos, como ao Senhor; Porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da igreja, sendo ele próprio o salvador do corpo. De sorte que, assim como a igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo sujeitas a seus maridos.” Efésios 5:22-24, Almeida Corrigida Fiel (AFC)

53 “Por isso Deus os abandonou às paixões infames. Porque até as suas mulheres mudaram o uso natural, no contrário à natureza. E, semelhantemente, também os homens, deixando o uso natural da mulher, se inflamaram em sua sensualidade uns para com os outros, homens com homens, cometendo torpeza e recebendo em si mesmos a recompensa que convinha ao seu erro.” Romanos 1:26-27, Almeida Corrigida Fiel (AFC)



comportamentos, mas também estrutura a organização familiar. O casamento monogâmico, por exemplo, não se limita a regular a reprodução, mas também limita as possibilidades de expressão sexual e de gênero, impondo um modelo de relacionamento que favorece a supremacia masculina e restringe a autonomia feminina.

Esta análise está vinculada, portanto, ao controle dos corpos que não afeta apenas as mulheres, como é um dos aspectos centrais da LGBTfobia generalizada, pois está diretamente relacionado à imposição de normas sociais e culturais que determinam quais identidades e expressões de gênero são consideradas aceitáveis. Esse controle se manifesta do biopoder⁵⁴. A sociedade impõe padrões binários de gênero e heterossexualidade como “naturais”, marginalizando aqueles que não se enquadram nessas normas.

Logo, a moralidade sexual pregada por diversas ideologias religiosas não é uma questão de valores universais, mas uma ferramenta usada pelas classes dominantes para garantir que a organização social e familiar permaneça estável e em conformidade com os interesses da elite.

A patologização das identidades LGBTQ+, a condenação do aborto e a perseguição a expressões dissidentes da normatividade sexual e de gênero, são alguns exemplos das manifestações dessa lógica que, apesar das mudanças sociais, continuam a moldar a política e a cultura de muitas sociedades contemporâneas. E a compreensão do papel da religião no fortalecimento do patriarcado e da heteronormatividade é essencial para qualquer movimento que busque uma verdadeira transformação social, capaz de garantir a liberdade plena e os direitos iguais para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Religião como Aparelho Ideológico de Estado

Louis Althusser conceitua a religião como um dos principais Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE)⁵⁵. No que tange à diversidade de gênero e sexualidade, a religião age como um AIE ao naturalizar a heteronormatividade e o binarismo de gênero. Desde a infância, indivíduos são interpelados por discursos religiosos que estabelecem papéis rígidos para homens e mulheres, excluindo identidades que desafiam essa lógica. Além disso, essa ideologia ultrapassa os espaços religiosos e influencia políticas públicas, sistemas educacionais e o discurso midiático, reforçando normas que limitam a liberdade individual.

A ascensão de movimentos religiosos fundamentalistas em diversas partes do mundo

54 Michel Foucault (1926-1984), em “História da Sexualidade”, introduz o conceito de biopoder, que se refere às formas pelas quais o Estado e a sociedade controlam os corpos e as sexualidades para manter determinadas estruturas de poder.

55 ALTHUSSER, Louis in: Aparelhos Ideológicos do Estado (1970)



reforça este controle, promovendo discursos que associam a diversidade de gênero e sexualidade a desvios morais ou ameaças à ordem social. No Brasil, por exemplo, setores religiosos desempenham um papel ativo na formulação de políticas que restringem o acesso a direitos reprodutivos e à educação sexual, evidenciando a persistência da religião como um mecanismo de controle ideológico.

Religião e políticas públicas

Mesmo em Estados que se consideram formalmente laicos, é possível observar uma persistente e significativa influência da religião na formulação de políticas públicas. Embora a laicidade seja um princípio constitucional que visa separar as instituições religiosas do governo, diversas questões sociais e políticas continuam a ser impactadas por discursos religiosos. Exemplos notáveis dessa influência incluem a criminalização do aborto, a restrição ao casamento homoafetivo, e a censura de conteúdos educacionais sobre gênero e sexualidade. A manutenção dessas políticas, muitas vezes em nome de uma moral religiosa ou tradicional, está essencialmente relacionada à reprodução das hierarquias sociais e da ordem estabelecida.

Esses exemplos evidenciam a funcionalidade da religião enquanto instrumento de controle social, que perpetua estruturas de poder e subordinação. Através de sua influência nas políticas públicas, a religião contribui para a manutenção de um status quo que favorece certos grupos sociais e desconsidera as necessidades e os direitos de outros. Nesse sentido, a religião não é apenas um conjunto de crenças pessoais, mas se configura como uma ferramenta estratégica usada para legitimar e reforçar desigualdades de classe, gênero e orientação sexual, muitas vezes camufladas sob a justificativa de valores universais ou morais.

Dessa forma, a análise das políticas públicas revela como a religião continua a exercer um papel central na manutenção das desigualdades sociais, com implicações profundas na vida de cidadãos, especialmente os grupos minoritários. Compreender essa dinâmica é essencial para a construção de uma sociedade mais justa, onde a laicidade e os direitos individuais sejam verdadeiramente respeitados, sem que a religião seja utilizada como um vetor de opressão e discriminação.

Consequências do controle religioso sobre gênero e sexualidade

A imposição de normas religiosas sobre gênero e sexualidade tem impactos profundos e concretos na vida dos indivíduos, muitas vezes gerando consequências adversas que



afetam a liberdade e os direitos humanos. Esse controle, frequentemente camuflado sob a justificativa de valores morais ou divinos, molda a forma como as sociedades encaram a sexualidade e a identidade de gênero, perpetuando desigualdades e reforçando hierarquias de poder. Entre as principais consequências desse controle, destacam-se as seguintes:

Discriminação e violência contra comunidades LGBTQ+

A legitimação religiosa da discriminação tem efeitos devastadores para a marginalização de comunidades LGBTQ+. Em muitos contextos, especialmente em países onde a religião tem uma presença significativa nas esferas políticas e sociais, os discursos religiosos são frequentemente utilizados para justificar a criminalização da homossexualidade e a negação de direitos civis fundamentais.

Um exemplo claro da ação direta da religião contra a comunidade LGBTQ+ são as “terapias de conversão”, que visam “curar” a homossexualidade ou identidade de gênero não normativa, que permanecem em funcionamento em diversos lugares ao redor do mundo, apesar da Associação Mundial de Psiquiatria (WPA) declarar que essas práticas carecem de embasamento científico, não produzem os resultados pretendidos e podem provocar impactos negativos na saúde mental e no bem-estar das pessoas.⁵⁶

Interferência na educação e na formação da identidade

A influência religiosa na educação é um dos pilares da manutenção das normas heteronormativas e patriarcas na sociedade. Ao moldar os currículos escolares, a religião se torna uma ferramenta poderosa para a formação de subjetividades e para a perpetuação de modelos de identidade rígidos, que não reconhecem nem aceitam a diversidade de gênero e sexualidade. A resistência à inclusão de temas relacionados à diversidade de gênero e sexualidade nos currículos escolares, como é o caso de programas educativos sobre orientação sexual, identidade de gênero e relações afetivas, é um exemplo claro de como a religião atua para limitar a formação de identidades dissidentes desde a infância. Essa interferência impede que as futuras gerações sejam educadas para a aceitação e o respeito à diversidade, perpetuando estígmas e preconceitos que afetam negativamente o bem-estar e o desenvolvimento saudável de jovens, especialmente daqueles que não se conformam aos padrões heteronormativos impostos.

A forma como a religião se insere nas políticas educacionais também pode contribuir para

⁵⁶ “Position Statement on Gender Identity and Same-Sex Orientation, Appeal, and Behaviours”, março de 2016.



a perpetuação de um ciclo de exclusão e discriminação, criando ambientes de aprendizado hostis para estudantes LGBTQ+. A falta de representatividade e de espaço para a discussão aberta sobre identidade e sexualidade dentro das escolas muitas vezes leva ao isolamento, à vergonha e, em casos extremos, ao bullying e à violência contra estudantes LGBTQ+.

Essas consequências evidenciam como o controle religioso sobre gênero e sexualidade não só limita os direitos e as liberdades individuais, mas também perpetua sistemas de opressão e desigualdade. Para promover uma sociedade mais justa e inclusiva, é essencial que se enfrente essa influência, buscando alternativas que garantam o respeito à diversidade e a construção de uma cultura que celebre as múltiplas formas de ser e de viver. Isso requer uma transformação nas estruturas políticas, educacionais e sociais, no sentido de garantir a plena dignidade e os direitos de todos os indivíduos, independentemente de sua orientação sexual, identidade de gênero ou crenças religiosas.

Resistência e possibilidades de emancipação

Diante desse contexto, no qual a religião exerce uma influência significativa sobre diversas esferas da vida social, movimentos sociais e acadêmicos têm se engajado ativamente na busca por formas de resistência às imposições religiosas que permeiam tanto a esfera pública quanto a privada. Esses movimentos têm se mostrado fundamentais para questionar e desafiar os discursos hegemônicos que, muitas vezes, limitam a liberdade individual e coletiva em nome de normas religiosas ou tradicionais. O reconhecimento da pluralidade de experiências de gênero e sexualidade, por exemplo, surge como uma das frentes essenciais para confrontar os paradigmas estabelecidos e, assim, fomentar a construção de sociedades mais inclusivas, igualitárias e sensíveis à diversidade.

No entanto, a resistência a essas imposições não se limita apenas a ações externas ou protestos. A transformação social demanda um processo mais profundo, que envolve a construção de novas formas de subjetividade. Isso significa que, para que ocorra uma mudança substancial nas estruturas sociais e políticas, é preciso desafiar e desconstruir os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), que, segundo Althusser, são os mecanismos responsáveis pela reprodução das ideologias dominantes. Esses aparelhos - que incluem instituições como a escola, a mídia, a família e, em muitos casos, a religião - desempenham um papel crucial na perpetuação da opressão, não apenas em um nível explícito, mas também de forma mais sutil, através da naturalização de normas que sustentam desigualdades⁵⁷.

Portanto, a resistência não se dá apenas por meio de confrontos diretos, mas também

57 ALTHUSSER, Louis in: Aparelhos Ideológicos do Estado (1970)



pela criação e fortalecimento de espaços de representação e participação democrática. Isso implica a construção de alternativas políticas, culturais e educacionais que deem visibilidade a sujeitos historicamente marginalizados e possibilitem o acesso a direitos e oportunidades de forma equitativa. A promoção de um ambiente mais plural e democrático requer a construção de plataformas que permitam que vozes dissidentes, como aquelas que reivindicam a liberdade de expressão e a igualdade de direitos para pessoas LGBTQIA+, por exemplo, tenham espaço para ser ouvidas e influenciar o processo decisório.

A criação desses espaços, além de promover um fortalecimento das práticas democráticas, é uma forma de subverter as estruturas de poder que tentam controlar a narrativa social. O objetivo é não apenas resistir, mas também transformar as condições de vida e as relações sociais que sustentam as formas de opressão e marginalização. Ao se posicionar contra as imposições religiosas, movimentos sociais e acadêmicos também estão contribuindo para a construção de uma nova ordem social, que se baseia no respeito à liberdade individual, à pluralidade e à igualdade.

Considerações finais

A análise das ideologias religiosas sob as perspectivas de Friedrich Engels e Louis Althusser oferece uma compreensão aprofundada de como a religião tem sido historicamente utilizada como um instrumento de controle social, desempenhando um papel central na manutenção das hierarquias de gênero e sexualidade.

Engels argumenta que a moralidade sexual religiosa está diretamente vinculada à preservação das estruturas de classe e ao fortalecimento do patriarcado. Ele mostra como ideologias, como a ideologia cristã, se tornam ferramentas estratégicas para garantir a subordinação das mulheres e, consequentemente, a perpetuação do modelo de organização familiar patriarcal⁵⁸. A religião, nesse contexto, não apenas molda as práticas sexuais e de gênero, mas também serve aos interesses das classes dominantes, consolidando um sistema de poder que exclui e marginaliza grupos considerados fora da norma.

Por outro lado, Louis Althusser oferece uma perspectiva distinta, mas complementar, ao analisar a religião como um Aparelho Ideológico de Estado (AIE). Segundo Althusser, a religião, como outros aparelhos ideológicos, tem a função de interpelar os indivíduos⁵⁹. Ela opera de forma a garantir que as estruturas de poder e as normas sociais, como a heteronormatividade e o patriarcado, sejam naturalizadas e aceitas sem questionamento. Nesse processo, a religião não apenas reforça a subordinação das mulheres e das minorias

58 ENGELS, Friedrich in: Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado (1884)

59 ALTHUSSER, Louis in: Aparelhos Ideológicos do Estado (1970)



sexuais, mas também atua como um agente que perpetua a ordem social existente, impedindo mudanças substanciais que possam desafiar as normas e valores estabelecidos.

Apesar das transformações sociais e das tentativas de secularização em muitas sociedades modernas, a influência religiosa continua a se manifestar de maneira sutil, mas poderosa, na formulação de políticas públicas e no imaginário coletivo. Mesmo em sociedades que se consideram laicas, a religião ainda exerce uma influência significativa na construção de discursos que regulam as questões de gênero e sexualidade. A persistência dessas ideologias religiosas, que muitas vezes se disfarçam de valores morais universais, contribui para a exclusão e a opressão de indivíduos e grupos que não se conformam aos modelos heteronormativos e patriarcais dominantes.

Diante desse cenário de resistência às transformações sociais, a luta contra as ideologias religiosas opressivas torna-se um desafio essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Para que se promova uma verdadeira mudança, é necessário questionar e desconstruir as bases ideológicas que sustentam o controle social religioso, criando um espaço onde a diversidade de gênero e sexualidade seja respeitada e protegida, e onde as liberdades individuais não sejam restrinvidas em nome de normas religiosas ou tradicionais.

Em última análise, a crítica às ideologias religiosas não é apenas uma questão de liberdade religiosa, mas de garantir uma sociedade em que todas as formas de identidade e expressão possam coexistir de maneira livre e igualitária, sem que as estruturas de poder, seja em forma de religião ou de outras instituições, reforcem a exclusão e a discriminação. A luta por uma sociedade mais inclusiva e justa exige, portanto, uma ação coletiva que busque garantir que as ideologias que perpetuam a opressão sejam desafiadas e superadas, permitindo que novas formas de convivência social, mais plural e igualitária, possam surgir.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1970.
- BHUGRA, D.; ECKSTRAND, K.; LEVOUNIS, P.; KAR, A.; JAVATE, KR Declaração de posição da WPA sobre identidade de gênero e orientação, atração e comportamentos pelo mesmo sexo. Psiquiatria Mundial, 2016. DOI: 10.1002/wps.20340. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27717266/>. Acesso em: 14 fev. 2025.



BÍBLIA. Almeida corrigida e fiel. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2. ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e de promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em: 13 mar de 2025.

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. Trad. Rafael Bentien; Raquel Weiss. São Paulo: Edipro, 2022

ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. Leipzig: Genossenschaftsbuchdrückerei, 1878.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2012.

FIGUEIREDO, M. B. G. L.; ROSSETTO, E. L. Direito penal e controle social. FMU Direito - Revista Eletrônica, [s. l.], v. 28, n. 41, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/FMUD/article/view/509>. Acesso em: 18 fev. 2025.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2014

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (2024). Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/lgbt>.